



Grupo de Pesquisa 2 - Partidos Políticos

Apresentação geral

Bruno Wilhelm Speck (USP)

Pedro Floriano Ribeiro (UFSCAR)

Coordenadores da Linha 2

Os partidos políticos possuem o monopólio da representação política no Brasil. Enquanto as eleições são bastante estudadas no país, em suas múltiplas dimensões, não são muitos os pesquisadores que analisam os partidos enquanto organizações e atores políticos centrais para o funcionamento da democracia. Desde sua concepção inicial, esta linha de pesquisa adota a perspectiva dos partidos como organizações, voltando sua atenção para aspectos endógenos das organizações partidárias, mas que se conectam com a administração da Justiça Eleitoral. Constitui particular objeto de interesse o impacto das mudanças recentes e tentativas de regulação sobre: financiamento e fundo eleitoral; cotas de candidaturas femininas e de pessoas negras; prestação de contas (partidárias e eleitorais); formação de federações; filiados e dirigentes; configuração das estruturas partidárias; registro e informações sobre candidaturas; democracia intrapartidária. Desde o início, a intenção era que tais elementos fossem examinados na interação com a Justiça Eleitoral – seja no fornecimento de dados pela Justiça, seja na apresentação de sugestões e relatórios mais técnicos que pudessem levar a melhorias nos processos, à ampliação do debate sobre temas relevantes etc.

Como proposta inicial, alguns dos seguintes tópicos foram apresentados aos pesquisadores:

- **Bloco temático de acesso e organização de informações.** Sugestões tecnológicas (internas e de interface com usuários) que promovam a integração



de bases de dados dispersas, facilitando a alimentação e acesso. Soluções tecnológicas para que todos os dados acessíveis a usuários externos (cidadãos, pesquisadores, entre outros) sejam disponibilizados em formatos facilmente editáveis. Soluções que aumentem a transparência das fundações e institutos de pesquisa e doutrinação política, mantidos pelos partidos com recursos do fundo partidário. Melhorar as condições de pesquisa sobre o tema da judicialização dos processos eleitorais, dos partidos políticos e de políticos eleitos para cargos eletivos. Elaboração de manuais de usuários para a interpretação dos bancos de dados do TSE. Propor soluções que permitam a centralização, sistematização e disponibilização de dados de difícil acesso hoje em dia: as alterações estatutárias, resoluções, atas de convenções e outras normatizações e deliberações internas dos partidos políticos.

- **Bloco temático de comportamento dos atores (filiados, partidos, lideranças).** Pesquisar e debater incentivos institucionais para aumentar a participação efetiva de filiados nos partidos brasileiros (democracia interna), e para aumentar a diversidade nos partidos brasileiros (representatividade), em termos raciais, de gênero, idade etc. Propostas para incentivar a renovação e maior rotatividade dos quadros dirigentes dos partidos brasileiros. Analisar os padrões de financiamento das organizações partidárias no Brasil, nos três âmbitos federativos. Analisar o fenômeno da migração partidária, tanto dos filiados comuns, como também de lideranças em cargos eletivos.

- **Bloco temático sobre as políticas de fiscalização e acesso aos dados do TSE.** Pertinência e viabilidade de separação de canais e interfaces para acesso a bases de dados, considerando as necessidades e expertises de perfis de usuários diferentes. Conflitos entre transparência e acesso a dados, de um lado, e direito à privacidade e proteção de dados pessoais, por outro. Explorar caminhos para incrementar a fiscalização financeira dos partidos, mapeando a entrega das prestações de contas por partido (muitas organizações partidárias municipais ainda não prestam contas) e cruzando dados entregues pelas organizações partidárias em diferentes âmbitos federativos.

A partir dessas opções gerais de pesquisa, as pessoas selecionadas no Edital se reuniram em dois subgrupos. O primeiro se mostrou interessado em pesquisar questões relativas à participação e sub-representação das mulheres nos partidos políticos. Composto pelas pesquisadoras Adriana Soares Alcântara,



Daniela de Cássia Wochnicki, e Marina Martins Santos, a pesquisa partiu da premissa de que a sub-representação feminina começa muito antes das esferas legislativas ou das candidaturas “laranja”. Há vários tetos de vidro colocados em estágios decisórios anteriores, dentro das instâncias partidárias, que fazem a mediação entre os 53% de mulheres presentes no eleitorado e os 18% de mulheres na Câmara dos Deputados. Em quais pontos esses tetos são mais fortes? Trata-se de uma pesquisa inédita na ciência política brasileira.

O segundo subgrupo foi composto pelos pesquisadores Leandro Cardoso, Alexandre Velloso e Luís Paz Delgado. O grupo focou na questão da análise da institucionalização dos partidos políticos. O quanto os partidos políticos têm estrutura organizacional permanente e sólida nas várias regiões do país? Como os partidos se organizam nos diferentes âmbitos federativos? Como os dados organizados pelo TSE podem nos ajudar a retratar essa institucionalização dos partidos brasileiros. O grupo partiu do pressuposto que a ciência política há algum tempo explora os dados sobre a organização local dos partidos, separando entre partidos que se organizam como diretórios ou como comissões provisórias. Identificou que as informações sobre as prestações de contas anuais das organizações partidárias constituem uma fonte adicional para avaliar a organicidade dos partidos na base. No quadriênio de 2017 a 2020 a taxa de prestação de contas anuais no prazo foi de 91% para os partidos nacionais e 67% para os partidos estaduais. A justiça eleitoral analisou 24% das contas nacionais, aprovando (plenamente ou com ressalvas) 14% desse volume. Para os partidos estaduais as respectivas porcentagens são 18% de contas analisadas e 5% aprovadas.

A Justiça Eleitoral tem um papel importante para ajudar os partidos a manterem determinados padrões de democracia e diversidade interna e garantir a administração responsável dos recursos públicos que eles administram. Para a ciência política esses mesmos dados são uma fonte importante para avaliar a situação dos partidos políticos. A colaboração entre a academia e os servidores na análise desses dados representa um processo de aprendizagem mútua com benefícios para ambos os lados.